



FOCAL

Foro de Contadurías
Gubernamentales de
América Latina



FOTEGAL

Foro
de Tesorerías
Gubernamentales
de América Latina

X SEMINÁRIO ANUAL LATINOAMERICANO
SOBRE GESTIÓN DE TESORERÍAS PÚBLICAS

VI FORO DE CONTADURÍAS GUBERNAMENTALES
DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

Desafios enfrentados pela Contabilidade Pública no Brasil

Gildenora Batista Dantas Milhomem

Subsecretária de Contabilidade do Tesouro Nacional

Brasil



1. Processo de Convergência no Setor Público (IPSAS)
2. Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais
3. Fortalecimento da Contabilidade Pública
4. Balanço Geral da União – melhoria qualitativa
5. Benefícios do Processo de Convergência

1. Processo de Convergência no Setor Público



FOCAL
Foro de Contadurías
Gubernamentales de
América Latina

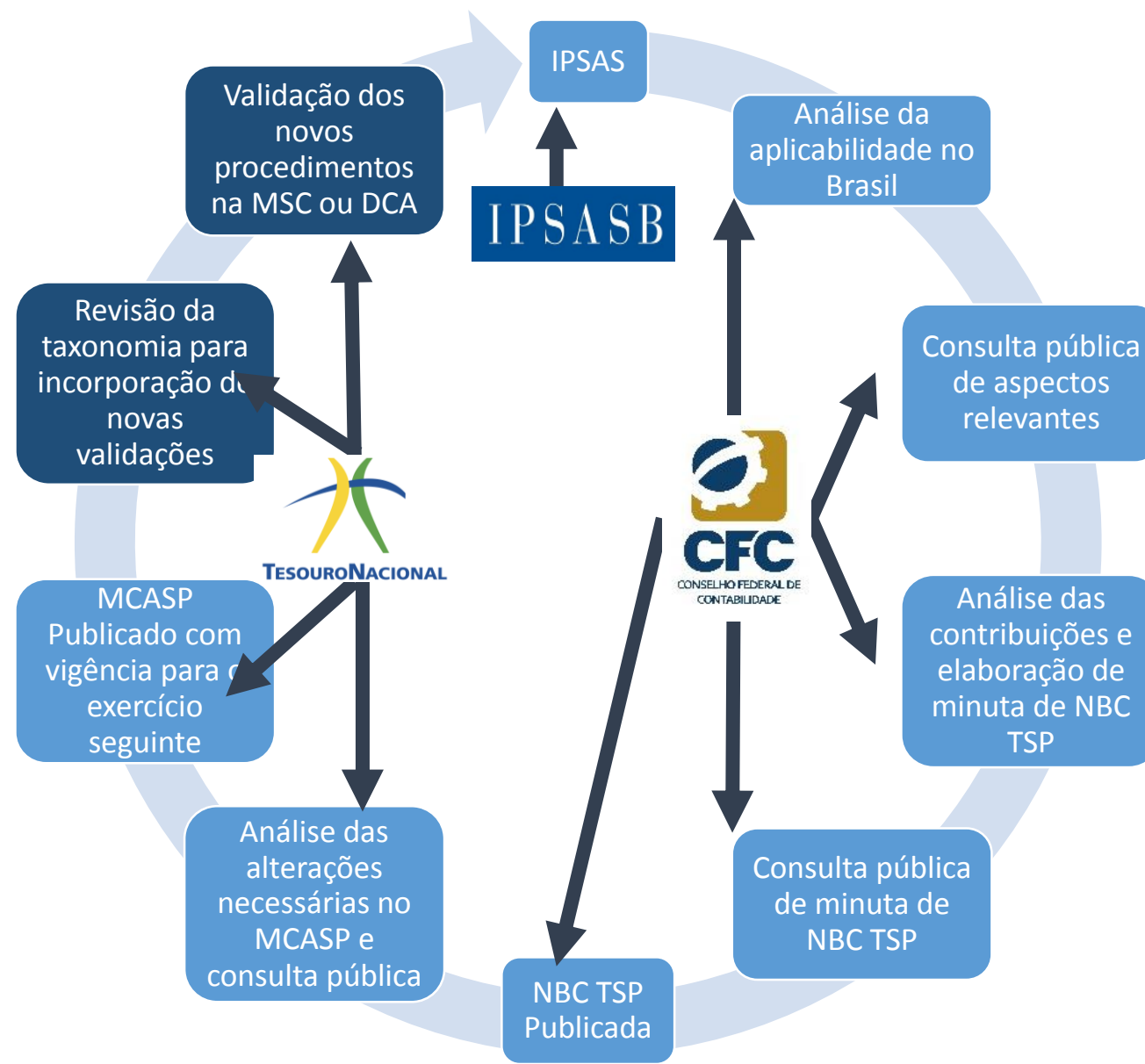
FOTEGAL
Foro de Tesorerías
Gubernamentales
de América Latina



1. Processo de Convergência no Setor Público



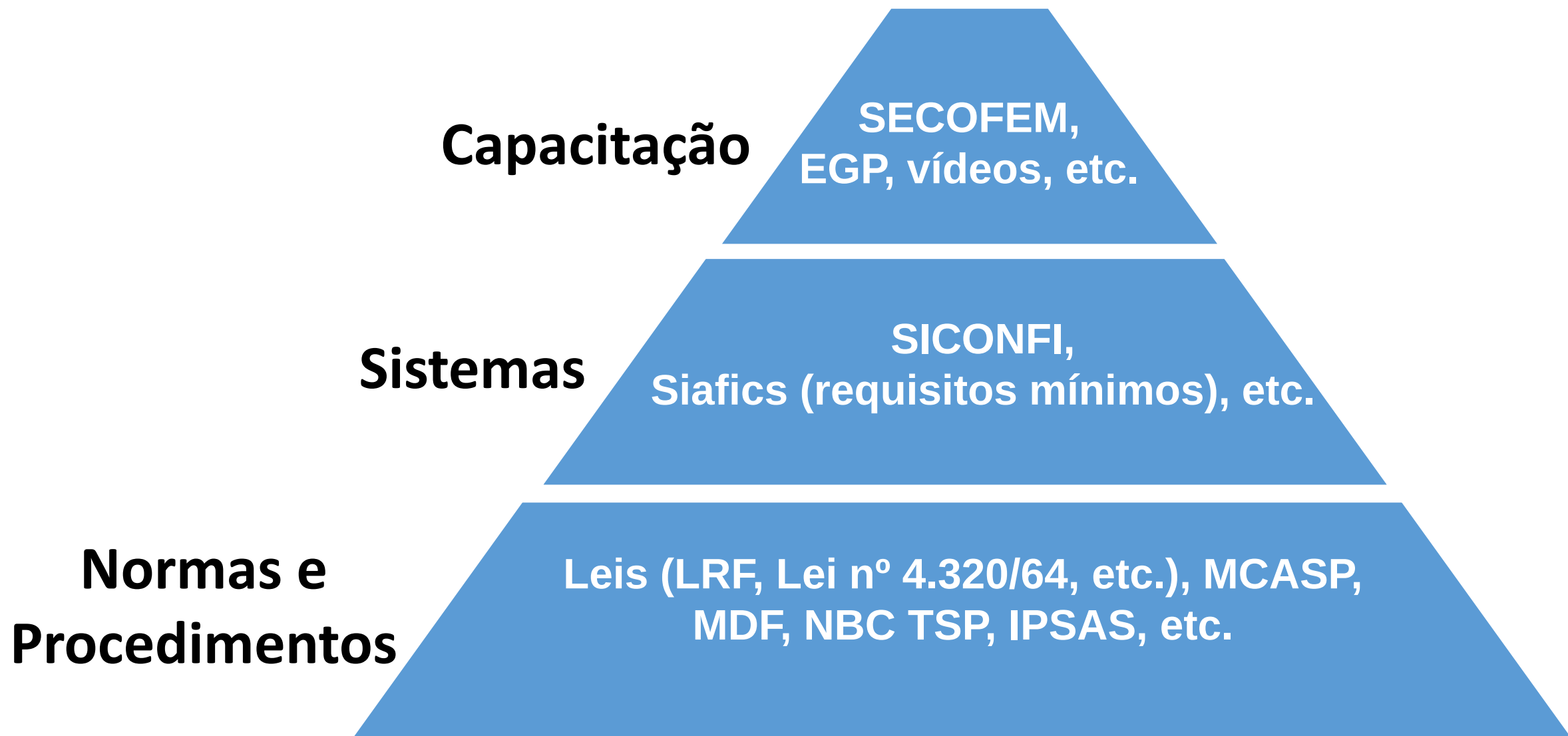
FOCAL
Foro de Contadurías
Gubernamentales de
América Latina



1. Processo de Convergência no Setor Público



FOCAL
Foro de Contadurías
Gubernamentales de
América Latina

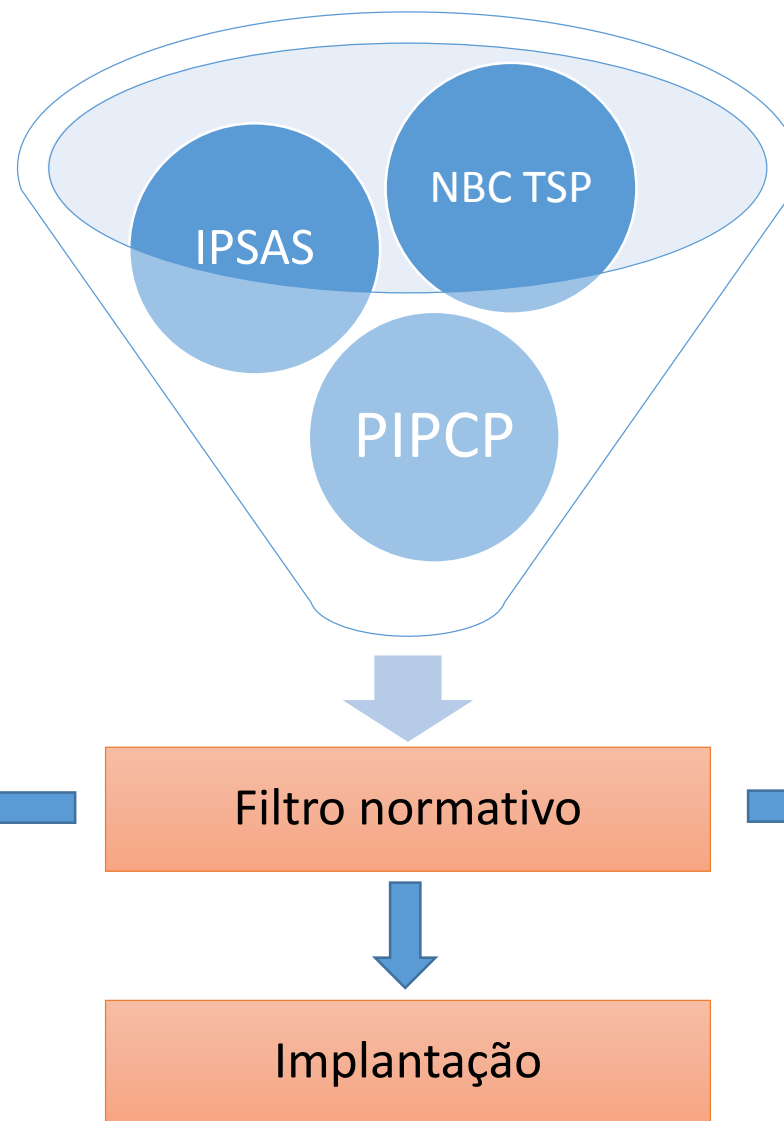


1. Processo de Convergência no Setor Público

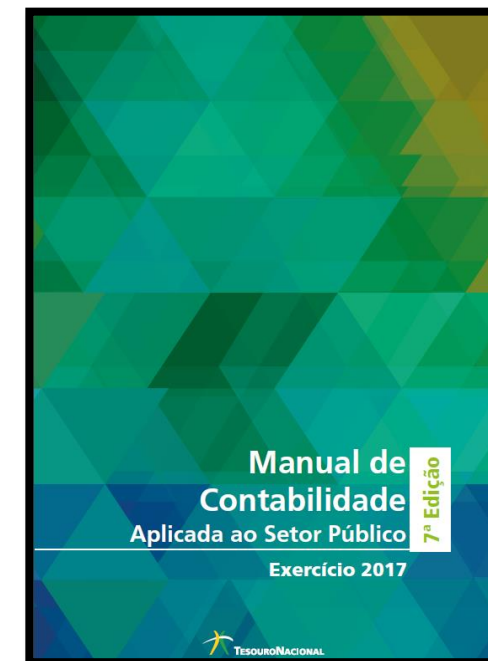


FOCAL
Foro de Contadurías
Gubernamentales de
América Latina

FOTECAL
Foro de Tesorerías
Gubernamentales
de América Latina



- Aplicabilidade
- Operacionalidade
- Maturidade contábil dos entes
- Materialidade na consolidação
- Diretrizes institucionais



1. Processo de Convergência no Setor Público

MCASP 7ª EDIÇÃO (Vigência: 2017- 2018)

Release 1

(EC e receitas)- EC

- IPSAS 23 (receita sem contraprestação)
- IPSAS 9 (receita com contraprestação)
- IPSAS 19 (provisões, passivos e ativos contingentes)
- IPSAS 12 (estoques)
- IPSAS 32 (concessões)

CONCLUÍDA
(Normas incorporadas
na 7ª edição do MCASP)

MCASP 8ª EDIÇÃO (Vigência: 2019-2021)

Release 2 (Propriedades para Investimento, Imobilizado, Intangível e Impairment)

- IPSAS 16 (propriedades para investimento)
- IPSAS 17 (imobilizado)
- IPSAS 31 (intangível)
- IPSAS 21 (impairment ANGIC)
- IPSAS 26 (Impairment AGC)

**NORMAS CONVERGIDAS
APROVADAS**
(Publicação em Set. 2017)

INCORPORAÇÃO NO MCASP:
Nov. 2018

Release 3 (Demonstrações contábeis e passivos relevantes)

- IPSAS 1 (DC)
- IPSAS 2 (DFC)
- IPSAS 24 (Inf. Orçamentária)
- IPSAS 5 (encargos de empréstimos)
- IPSAS 39 (benefícios a empregados)

**NORMAS - CONVERGÊNCIA
APROVADAS**
(Publicação em Out. 2018)

INCORPORAÇÃO NO MCASP:
Nov. 2018

Release 4 (Participações em outras entidades e combinações)

- IPSAS 34 (DC em separado)
- IPSAS 35 (DC consolidadas)
- IPSAS 36 (coligadas e negócios conjuntos)
- IPSAS 37 (contratos conjuntos)
- IPSAS 38 (participações)
- IPSAS 40 (combinações)

**NORMAS – CONVERGÊNCIA
APROVADAS**
(Publicação em Out. 2018)

INCORPORAÇÃO NO MCASP:
Nov. 2018

1. Processo de Convergência no Setor Público



FOCAL
Foro de Contadurías
Gubernamentales de
América Latina



MCASP 9ª EDIÇÃO (vigência: 2022 em diante)

Release 5 (Demais procedimentos contábeis 1ª parte)

- IPSAS 3 (Políticas contábeis, estimativas e erros)
- IPSAS 4 (taxas de câmbio)
- IPSAS 14 (eventos subsequentes)
- IPSAS 11 (contratos de construção)

INICIADA
(conclusão:
agosto de
2019)

Release 6 (Demais procedimentos contábeis 2ª parte)

- IPSAS 13 (leasing)
- IPSAS 27 (agricultura)
- IPSAS 28
- IPSAS 29
- IPSAS 30
(instrumentos financeiros)

INICIADA
(conclusão:
abril de 2020)

Release 7 (Evidenciação)

- IPSAS 22 (GGS)
- IPSAS 18 (informação por segmento)
- IPSAS 20 (partes relacionadas)
- IPSAS 33 (adoção inicial)

NÃO INICIADA
(conclusão:
fevereiro de
2021)

Release 8 (demais normas)

Obs: desde que não haja
conexão com as normas de
uma determinada release

NÃO INICIADA
(conclusão:
setembro de
2021)

2. Plano de Implantação dos PCP

	PCASP	DCASP	Procedimentos Contábeis Patrimoniais PCP	Procedimentos Contábeis Específicos PCE	Procedimentos Contábeis Orçamentários PCO	Consolidação das contas dos entes da Federação
Portaria nº 634/2013 Prazos atuais:	Implantados em toda a Federação <i>(coleta da DCA pelo Siconfi somente no padrão PCASP)</i>		Prazos definidos conforme ato normativo específico da STN	Aplicabilidade imediata		



Plano de Implantação dos PCP
(Portaria STN nº 548/2015)

CLASSES DO BALANÇO PATRIMONIAL (UNIÃO)

2015

ATIVO

PASSIVO

Créditos a receber
(exceto tributários, previdenciários e de contribuições)

Obrigações por competência
(empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e
mobiliárias)

Dívida Ativa (-) Ajuste para perdas

Bens móveis e imóveis (exceto patrimônio cultural e
infraestrutura) (-) Depreciação e exaustão

Obrigações de benefícios a empregados

Investimentos Permanentes (participação em estatais, outros)

2018

Ativos e Passivos contingentes

Provisão atuarial do regime próprio de previdência

Créditos previdenciários por competência

2019

Softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres

Obrigações com fornecedores

Bens de infraestrutura

2021

Estoques

Provisões por competência

Bens do patrimônio cultural



CLASSES DO BALANÇO PATRIMONIAL (ESTADOS E DF)	
ATIVO	PASSIVO
Dívida Ativa (-) Ajuste para perdas	Provisão atuarial do regime próprio de previdência (servidores civis e militares)
Créditos a receber (exceto tributários, previdenciários e contribuições)	
Bens móveis e imóveis (exceto patrimônio cultural e infraestrutura) (-) Depreciação e exaustão	Obrigações com fornecedores
Ativos e Passivos contingentes	
Créditos tributários e de contribuições por competência (exceto créditos previdenciários)	Obrigações de benefícios a empregados
Créditos previdenciários por competência	Provisões por competência
Softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres (intangíveis)	
Estoques	Obrigações por competência (empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias)
Bens de infraestrutura e do patrimônio cultural (quando passíveis de registro)	



FOCAL
Foro de Contadurías
Gubernamentales de
América Latina

FOTECAL
Foro
de Tesorerías
Gubernamentales
de América Latina

2. Plano de Implantação dos PCP

Municípios

Mais de 50 mil habitantes

Até 50 mil habitantes

**1 ano a mais
em relação aos Estados**

**2 anos a mais
em relação aos Estados**



3. Fortalecimento da Contabilidade Pública

- **Crédito Tributário – Acórdão TCU nº 2.461/2015:**
 - “à Secretaria da Receita Federal do Brasil que, com base em estudo prévio, adote metodologia para mensuração do ajuste para perdas de créditos tributários a receber que melhor reflita a realidade de recebimento desses créditos” (item 5.3.1.7) (ajuste para perdas);
 - “à Secretaria do Tesouro Nacional, em conjunto com a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, bem como com outros órgãos que julgar necessários, considerando a peculiaridade de cada tipo de crédito e de acordo com as práticas contábeis aceitas, que elabore e normatize a metodologia para ajuste para perdas de créditos a receber da União” (item 5.3.1.7); (reclassificação do crédito tributário)



3. Fortalecimento da Contabilidade Pública

- **Reconhecimento de Passivos, Provisões e Passivos Contingentes - Acórdão TCU nº 2.461/2015:**
 - “com base nos critérios contábeis pertinentes e na Portaria-AGU 40/2015, promova o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação de provisões e passivos contingentes relativos aos riscos fiscais decorrentes de ações judiciais impetradas contra a União” (item 5.3.1.1.2);
 - “que adote as providências necessárias para garantir o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação dos passivos relativos ao repasse de recursos de programas sociais junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e ao Banco do Brasil” (item 5.3.1.3);



3. Fortalecimento da Contabilidade Pública

- **Reconhecimento de Passivos, Provisões e Passivos Contingentes - Acórdão TCU nº 2.461/2015:**
 - “à Secretaria do Tesouro Nacional, em conjunto com o Ministério do Trabalho e Emprego e com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que adote as providências necessárias para garantir o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação dos passivos relativos ao repasse de recursos de programas sociais junto à Caixa Econômica Federal (Bolsa Família, Abono Salarial e Seguro Desemprego)” (item 5.3.1.3);
 - “à Secretaria do Tesouro Nacional, em conjunto com o Ministério das Cidades, que adote as providências necessárias para garantir o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação dos passivos relativos ao repasse de recursos de programas sociais junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (item 5.3.1.3);”

3. Fortalecimento da Contabilidade Pública

- **Reconhecimento do Passivo Atuarial - Acórdãos TCU nº 1.274/2013 e 1.338/2014:**
 - **“ao Ministério da Previdência Social que, em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional: contabilize, ainda em 2013, as provisões matemáticas previdenciárias do Regime Próprio dos servidores públicos civis federais, com dados de informação atuarial referente a 31/12/2012; assim como as variações dessas provisões tão logo estejam concluídas as atualizações atuariais anuais” (item 5.3.1.1) (1.274/2013);**
 - **“ao Ministério da Defesa que: a) calcule o valor presente das projeções atuariais das despesas futuras com militares inativos das Forças Armadas, em cumprimento aos Acórdãos 2.059/2012 - TCU - Plenário e 2.468/2013 - TCU - Plenário (item 5.3.1.1.1); b) ao Ministério da Defesa que calcule o valor presente das projeções atuariais das pensões militares das Forças Armadas (item 5.3.1.1.1);” (1.338/2014) (Sobrestado pelo TCU).**



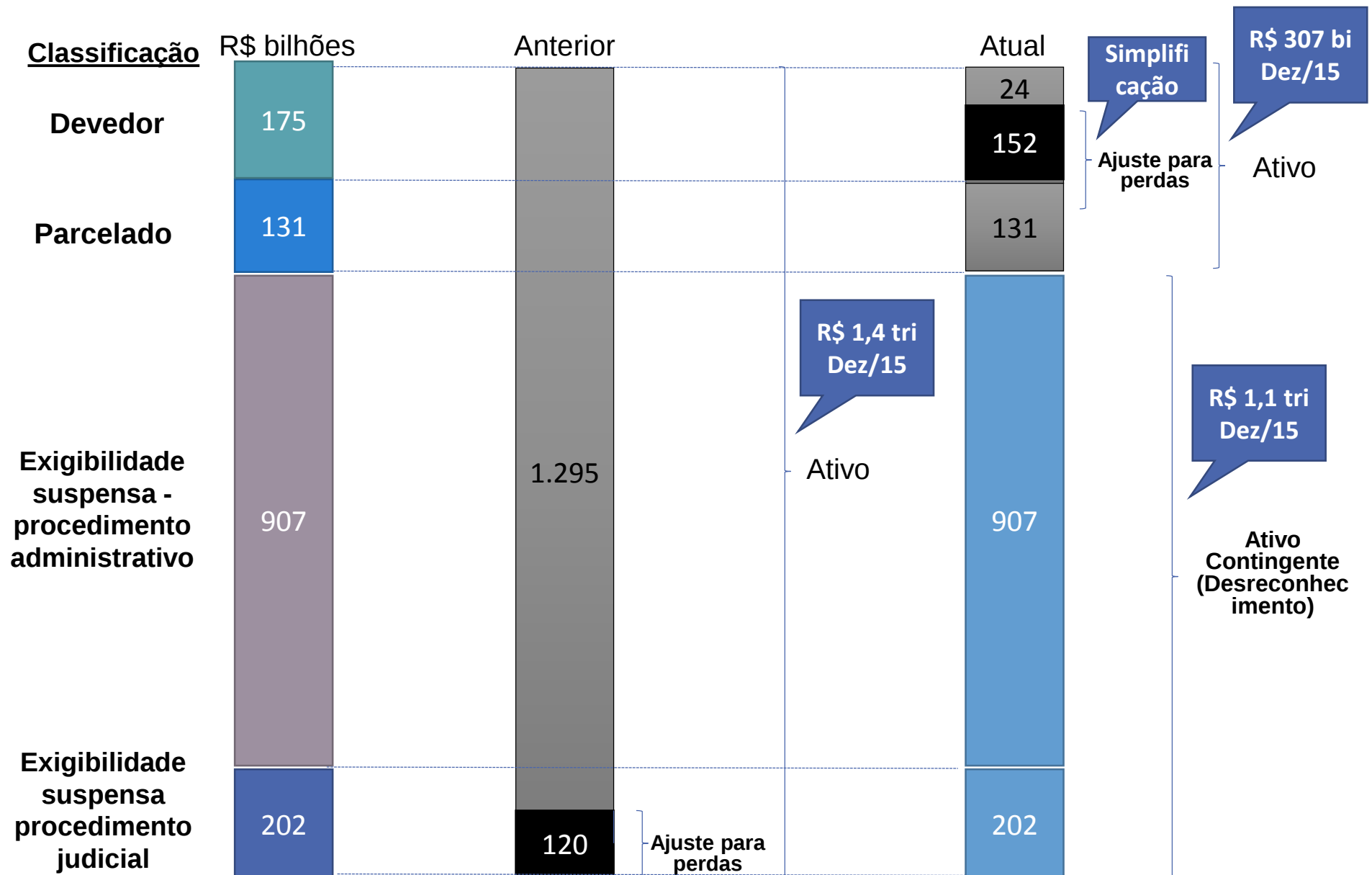
4. Balanço Geral da União – melhoria qualitativa

Principais Impactos no Patrimônio Líquido

Evento econômico	Valor (aproximado)	Impacto no Balanço
Reclassificação do Crédito Tributário	R\$ 1.100 bilhões	Redução do Ativo
Ajuste para perdas do Crédito Tributário	R\$ 148,7 bilhões	
Redução dos Créditos da Lei Complementar nº 148	R\$ 60 bilhões	
Provisão Ações Judiciais	R\$ 56,4 bilhões	Aumento do Passivo
RPPS - Servidor Civil (variação em relação à 2014)	R\$ 50 bilhões	
Impacto dos Eventos Relacionados	R\$ 1.415,1 bilhões	Redução do Patrimônio Líquido

Fonte: BGU/STN, 2015.

Situações anterior e atual para os créditos na RFB



4. Balanço Geral da União – melhoria qualitativa



FOCAL
Foro de Contadurías
Gubernamentales de
América Latina



Valores em trilhões de R\$

Balanço Patrimonial	2014	2015	2016	2017	2018
(+) Ativo	5,0	4,4	4,7	4,8	5,3
(-) Passivo	4,9	5,8	6,7	7,2	7,7
(=) PL	0,1	-1,4	-2,0	-2,4	-2,4

 **TESOURO NACIONAL**

Balanço Geral da União

Demonstrações Contábeis Consolidadas da União

2018

Secretaria do Tesouro Nacional
Ministério da Economia

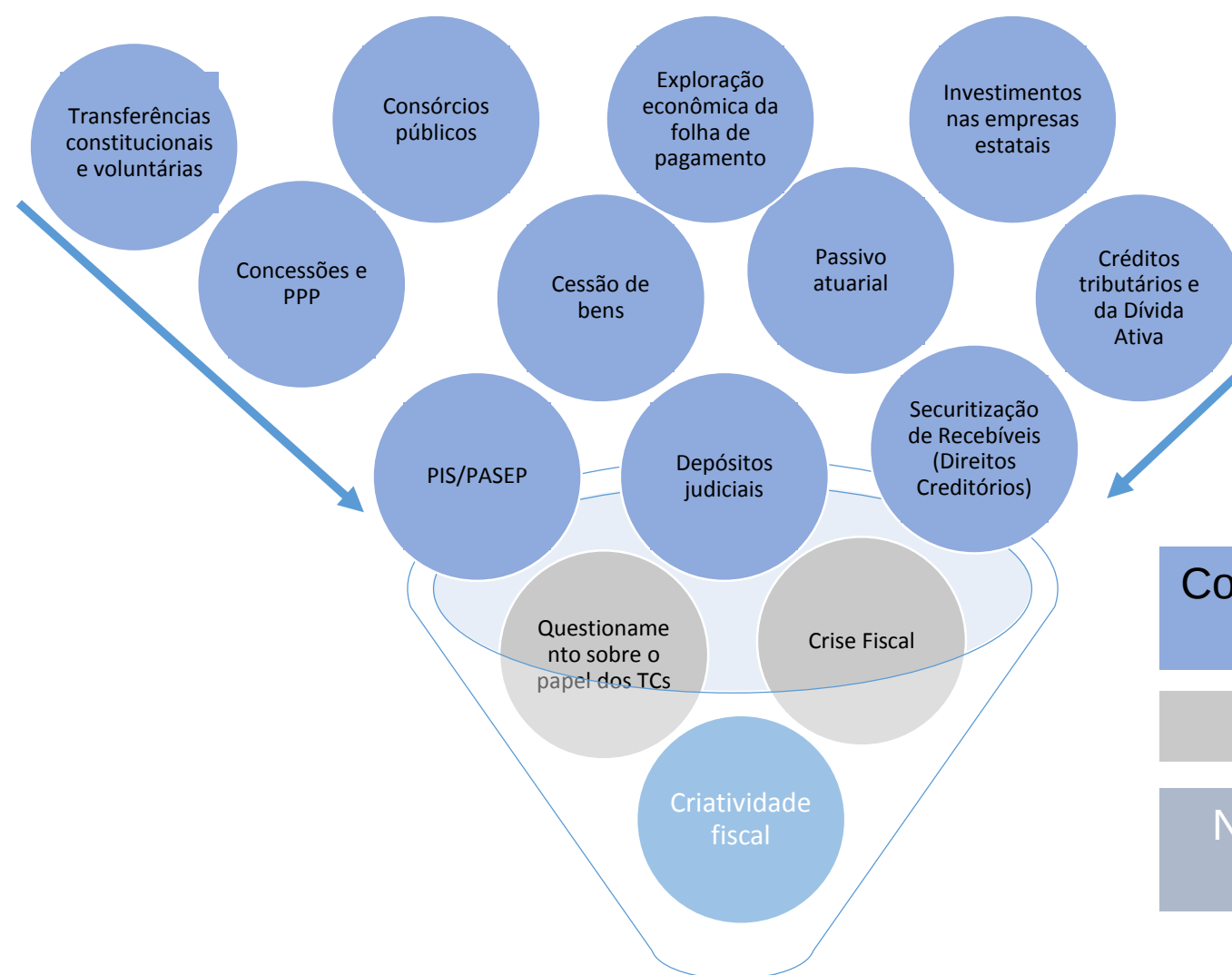
Brasília, 2019

Fonte: SIAFI/STN



FOCAL
Foro de Contadurías
Gubernamentales de
América Latina

FOTECAL
Foro de Tesorerías
Gubernamentales
de América Latina



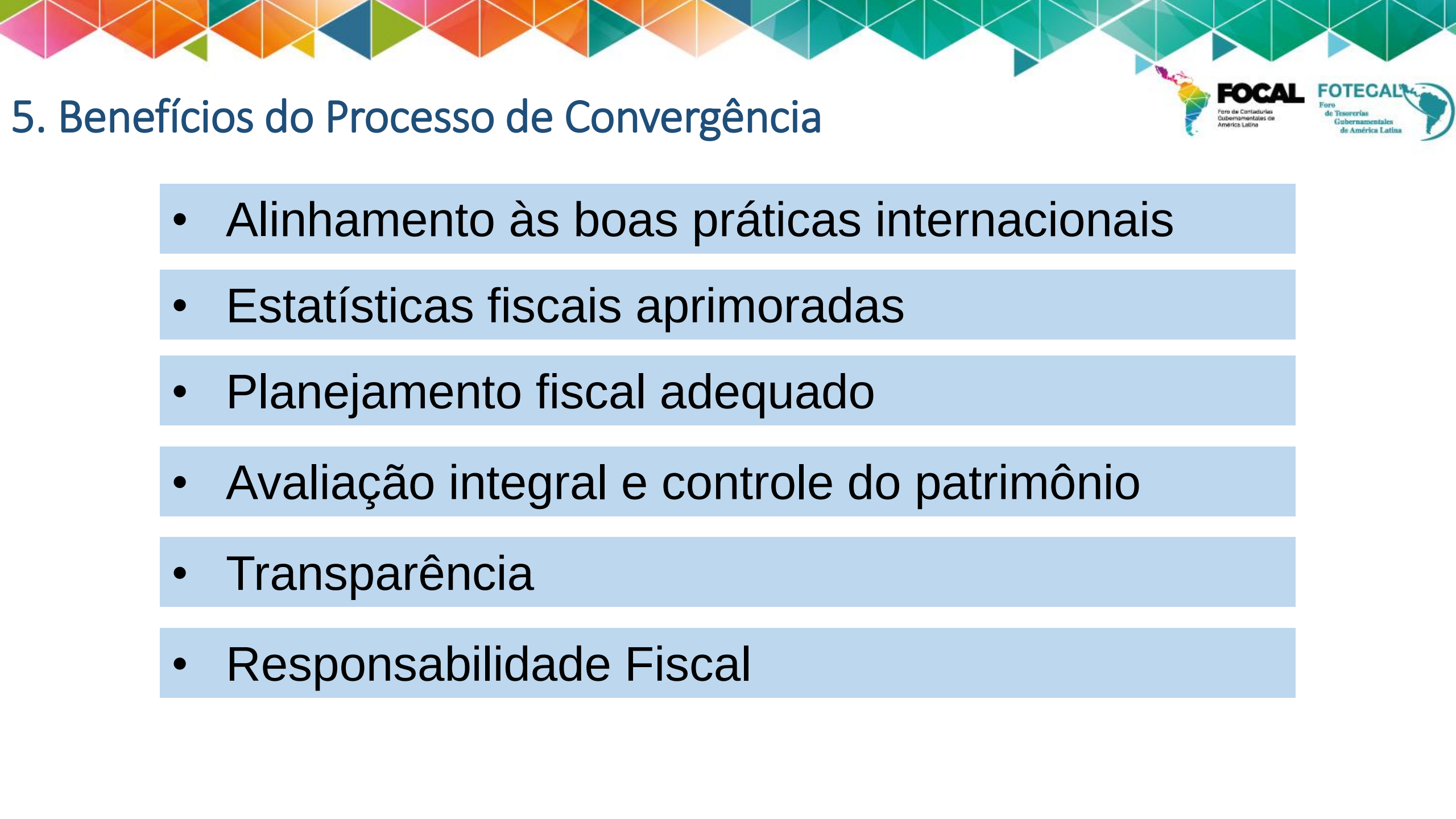
Complexidade das transações do
setor público

Crise fiscal e institucional

Necessidade de controle mais
efetivo das contas públicas

Solução:

CASP



5. Benefícios do Processo de Convergência

- Alinhamento às boas práticas internacionais
- Estatísticas fiscais aprimoradas
- Planejamento fiscal adequado
- Avaliação integral e controle do patrimônio
- Transparência
- Responsabilidade Fiscal



FOCAL

Foro de Contadurías
Gubernamentales de
América Latina

FOTEGAL

Foro
de Tesorerías
Gubernamentales
de América Latina



X SEMINÁRIO ANUAL LATINOAMERICANO
SOBRE GESTIÓN DE TESORERÍAS PÚBLICAS

VI FORO DE CONTADURÍAS GUBERNAMENTALES
DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

Obrigada!
Gracias!
Thank you!

Gildenora Batista Dantas Milhomem
Subsecretária de Contabilidade Pública
Secretaria do Tesouro Nacional
Brasil